

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1 Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, através da Plataforma
2 TEAMS o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CECA), realizou a
3 243ª. Plenária Ordinária com a participação dos/as Srs: Regina Affonso (Titular) e Iara
4 Farias (Suplente)– SJDHDS, Simone Evangelista (Titular) – SESAB, Irlene Ribeiro de
5 Carvalho (Suplente) – SERIN, Walmir França (Suplente) – SEPROMI, Tereza,
6 Pamponet (Titular) e Ana Cristina Lessa(Suplente) – SEFAZ, Lara Matos (Titular) e
7 Andréa Pereira da Silva (Suplente) – SEPLAN, Fernando Romão (Titular) e Joseane
8 Santos da Cruz (Suplente) – SDR, Walmir França (Suplente) – SEPROMI, Vera
9 Carneiro(Titular) e Cleonice dos Santos Olveira (Suplente) – MOC/Feira de Santana,
10 Tiago Muniz(Titular) e Lorena Sousa (Suplente) - Associação dos Santa Luzia, Jorge
11 Farias(Titular)-ABENFAC, Edileide Freitas(Titular)-APAE, Teodoro Francisco
12 Azevedo Neto (Titular) e Maristela Bonfim (Suplente) - Associação Internacional de
13 Capoeira os Bambas do Sol Nascente Marcos Evangelista (Titular) – IDE SAB, Celeste
14 Seara (Titular) – Lar Fabiano em Cristo, Edmundo Kroger (Titular) e Daijani Garcez
15 (Suplente) – CECUP, Antonio Marcos Evangelista (Titular) – IDE SAB, Maria de
16 Lourdes Marques Cordeiro Titular) - Associação Cultural Comunitária dos Moradores
17 do Bairro Vila Brasil, Ildeni Pereira (Titular) – Instalação do Menor, Rosângela Santos
18 Souza (Titular) e Daniel Miranda (Suplente) – Associação Vinde a Mim, Kilson
19 Santana de Melo (Titular) - CAJAVERDE - Organização Ambiental e Cultural de
20 Cajazeiras, Maria Cecília Nascimento dos Santos (Titular) - Centro Social Jerônimo
21 Albuquerque e Maria Elena Pereira –Secretária Executiva CECA, Rozilda Fraga e
22 Rousylene Oliveira (Equipe CECA, Tania Almeida (FECRIANÇA), A Presidente
23 Regina-Affonso iniciou a reunião com uma mensagem de esperança e solidarizou com
24 a dor dos brasileiros com o do agravamento da pandemia que atinge toda uma geração,
25 em função de um projeto político com reduções de oportunidades para as minorias,
26 enfatizou a importância nesse momento com os cuidados da população com ações
27 irresponsáveis, citou as ações do governo fazendo restrições extremas, e a sensação da
28 não compreensão com o momento vivido. Salientou sobre a importância de buscar
29 fazer que as pessoas atentem para com a gravidade e principalmente com a nova
30 cepa, dessa vez com a perda de pessoas bem perto de nós, devemos praticar
31 distanciamento social. Informou sobre a participação como ouvinte de Matheus Hage

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

32 seu assessor, Aprovação da pauta: Apresentação e ratificação dos nomes da Mesa,
33 Informes: Documento do MP sobre eleição da sociedade civil. Situação do CONANDA.
34 Composição das Câmaras Técnicas e Coordenadores. Edital CECA 2021 e Projeto
35 Emergencial. Relatório 2020 - FECRIANÇA ;Plano Decenal – Lara Matos;
36 Capacitação SIPIA; Relatório Gestão 2018/2020;Calendário reuniões CECA 2021;
37 Projeto Arca de Dulce; O que ocorrer. Deu inicio a plenária com os **Informes**:
38 Documento do MP sobre a eleição, Secretária Executiva Elena informou que
39 encaminhou a resposta para o MP com diversos documentos. Não houve devolutiva
40 por parte do MP. Conselheira Vera completou que seguiu todos os protocolos decididos
41 na plenária do CECA, e enviou também para todos os Conselheiros o documento
42 enviado para o MP. **CONANDA**: Conselheiro Edmundo registrou sobre a promulgação
43 do Decreto sobre a proibição do funcionamento do CONANDA, falou sobre a sua
44 ilegalidade, comunicou que a sociedade civil entrou com uma ação sobre a
45 inconstitucionalidade do decreto; e que o CONANDA propôs resolução de eleição. mas
46 não foi publicada pelo governo, resumiu dizendo que o CONANDA tem 40 (quarenta)
47 dias sem funcionamento, apesar de ter sido feito uma grande mobilização. O Supremo
48 colocou na pauta o julgamento do conteúdo de forma virtual, para que o CONANDA
49 volte a funcionar na forma da Lei, solicitou que todo o Conselho se envolvessem nesse
50 debate., Conselheira Regina em apoio ao Conselheiro e a causa, manifestou-se dizendo
51 que é necessário o envolvimento de todos. **MESA DIRETORA/ HOMOLOGAÇÃO**:
52 Conselheira Regina explicou sobre a formatação da Mesa Diretora - Presidente – Regina
53 Afonso(SJDHDS) e Vice- presidente – Antonio Marcos Evangelista (IDESAB);
54 Representante do Governo - Jocivaldo Bispo (SEC) E Representante da Sociedade
55 Civil :Edmundo Kroger(Cecup), como Representante do Fórum DCA :Edileide
56 Freitas(APAE). A Presidente esclareceu que o Fórum tem um acordo de participar da
57 Mesa com direito a voz. .Conselheira Regina leu o RI na parte referente a composição
58 da Mesa Diretora e propôs que na primeira reunião da Câmara Técnica de
59 Normatização seja feita as alterações: Alteração no artigo nº 23 do Regimento Interno
60 do CECA, Especificando que os demais membros da Mesa Diretora serão um do
61 governo e um da Sociedade Civil e o Acréscimo da participação do Fórum DCA sem
62 direito a voto e o que achar conveniente. Que a Participação dos coordenadores das
63 câmaras técnicas do Governo ou Sociedade Civil serão facultado, sem direito a voto

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

64 sempre que houver necessidade, demanda e solicitação dos mesmos. Conselheiro
65 Antonio Marcos salientou que as alterações dos artigos do regimento serão debatidas
66 na câmara e aprovadas em plenário. **INDICAÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS:**
67 Conselheira Regina adiantou que representação do governo não tinha ainda todos os
68 nomes, que pode sofrer mudanças - Câmara de Normatização – Joseane Cruz , Walmir
69 França , Diego Fraga Tiago Muniz, Ildeni Pereira , Celeste Seara. Comunicação e
70 Divulgação : Moisés Leal , Irlene Carvalho , Jorge Farias, Maria Lourdes. Orçamento e
71 Finanças: Jocivaldo Anjos , Laurenice Fernandes , Iara Farias Eliene Nogueira , Ana
72 Cristina , Edileide Freitas , Edmundo Kroger , Antonio Marcos, Convidada: Tânia
73 Almeida. Política Pública: Lara Matos, Andreia Silva , Fernando Romão , Erica
74 Fernanda , Diana Cunha, Maria Cecília Santos , Vera Carneiro , Rosangela Souza,
75 Kilson Melo, Teodoro Francisco. Conselheiro Antonio Marcos observou que os
76 suplentes da Sociedade Civil também irão participar das câmaras. Conselheira Regina
77 observou sobre a necessidade de garantir o funcionamento das câmaras, mais ágil e mais
78 adequada. Comunicou que a Conselheira Lara encontra-se ausente que estar
79 participando da reunião no CEAS assegurando a discussão da pauta sobre o Plano
80 Decenal. Secretária Elena alertou que pelo RI tem de ser 02 (dois) participantes e
81 respeitando a paridade - Governo e Sociedade Civil. **INDICAÇÃO DOS**
82 **COORDENADORES DAS CÂMARAS TÉCNICAS:** Conselheiro Antonio Marcos
83 propôs que a Sociedade Civil indicasse a primeira câmara, depois o governo e assim
84 sucessivamente; salientou que a proposta era baseada no controle social exercido pela
85 sociedade civil. A Presidente Regina questionou a proposta do Conselheiro Marcos e
86 lembrou que indicação seria reafirmada pela plenária. Em a parte a Conselheira Iara
87 Farias sugeriu a alternância, que esse ano seja o governo no orçamento , pois no ano
88 anterior quem exerceu foi a sociedade civil. Conselheiro Antônio Marcos reafirmou a
89 proposta de indicação da coordenação da câmara de orçamento pela sociedade civil,
90 baseado na concepção do controle social. Conselheiro Edmundo apoiou a proposta e
91 lembrou que o Governo está na presidência e afirmou que é uma questão da paridade
92 efetiva na pratica. Conselheira Regina questionou o argumento de Edmundo, que não
93 procedia, pois na gestão anterior a Sociedade Civil esteve na presidência e na
94 coordenação da Câmara; registrou que o controle social não se dá somente nas
95 finanças e lembrou a situação atual de falta de democracia. Propôs a alternância entre

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

96 coordenador e relator, de forma efetiva e as decisões serão feitas em plenário. Salientou
97 que Política Públicas é um efetivo controle social das ações dos governo e que as
98 decisões são tomadas no plenário. Conselheira Vera lembrou que na última gestão essa
99 questão foi debatida, durante a posse, quem indicaria a primeira coordenação de câmara
100 e houve um acordo para fazer essa divisão, mas no final é a plenária quem decide.
101 Pediu confirmar na Ata da Posse. Conselheiro Antônio Marcos solicitou aos
102 Conselheiros do Governo que dessem prioridade para Sociedade Civil na escolha da
103 primeira Câmara Técnica; ressaltou que a gestão do Fundo é feita por um técnico do
104 Governo, considera que a presença da Sociedade Civil na coordenação, para fazer as
105 coisas andarem pois tem uma visão diferente, e manteve a proposta a primeira pedida
106 para a Câmara de Orçamento. Conselheira Regina contra argumentou em relação a
107 câmara de orçamento ser sempre da sociedade civil pois exerce o controle social e a de
108 políticas públicas ficar com governo, pois toda situação passa pelo plenário, reafirmou a
109 proposta de alternância, considerou que o Governo não tem que ficar em uma câmara
110 de política públicas porque é governo e em outra não. Lembrou que todos são
111 Conselheiros e com os mesmos objetivos - a defesa dos direitos humanos de Criança e
112 adolescentes, e pediu a posição dos demais conselheiros presente. Conselheira Irlene
113 ponderou sobre a atuação democrática do Governador Rui Costa e concordou com
114 Regina sobre a questão do controle social se ater a participação na comissão de
115 orçamento e apoiou a proposta de alternância. Conselheira Iara ressaltou que não via
116 muita importância no papel da Coordenação, pois quem decide é o voto e existe
117 paridade nas Câmaras, vai trabalhar pelo consenso, o relator tem importância quanto a
118 coordenação e os demais conselheiros participantes. Defendeu a alternância nas câmaras
119 e partir para votação ou pela definição. Conselheiro Edmundo argumentou que a SC
120 tem um projeto para deslançar o fundo da criança e não entendia porque o governo
121 insistia no rodizio. Tiago Muniz endossou a fala de Edmundo e entendia que o papel
122 das Câmaras é discutir e trazer para plenária, ressaltou se a presidência está com
123 governo, nada mais justo que a SC faça a primeira pedida. Conselheira Regina manteve
124 a posição de alternância nas câmaras e o Conselheiro defendeu a primeira pedida para
125 sociedade civil. Conselheira Vera interferiu que se levasse para votação haveria uma
126 quebra de acordo de muitos anos. A Conselheira Regina discordou e disse que não
127 aceitava os argumentos apresentados sobre controle social, e que essa questão deve ser

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

128 debatida para ser colocado no Regimento. Colocada em votação as duas propostas.
 129 **Proposta 01** - primeira pedida da sociedade civil, **Proposta 02** – alternância; final da
 130 votação 14 (catorze) votos para proposta um e 04 (quatro) voto para proposta 02. Deu
 131 início as indicações: câmara de orçamento e finanças: coordenação sociedade civil e
 132 relator governo; relator sociedade civil; câmara de Políticas Publicas: coordenação do
 133 governo e relator sociedade civil, câmara de Comunicação: coordenação sociedade civil
 134 e relator governo; câmara de normatização: coordenação governo e relator sociedade
 135 civil. Definido que os nomes para compor as câmaras serão informados até segunda
 136 feira, as 10h e a câmara de orçamento reunir as 14h e a plenária extraordinária as 16h.
 137 A Pauta aprovada: relatório do FECRIANÇA e as indicações das câmaras. Tânia
 138 Almeida informou que o prazo para publicação do Relatório é o dia 25/2 (quinta-feira).
 139 **OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE- OSID** - Conselheira Regina leu a solicitação da
 140 entidade OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE- OSID sobre os projetos Arca da Dulce e
 141 Projeto Crescer . O representante da entidade informou que não tinha proposta ainda
 142 para apresentar, mas que precisava de orientação para dar continuidade aos projetos, que
 143 teve a captação finalizada, e que as atividades dos projetos são presenciais e devido ao
 144 contexto atual não é para possível realizar dessa forma, sendo necessário uma
 145 readequação dos modelos e novo orçamento para depois apresentar ao CECA.
 146 Conselheira Iara propôs que a entidade encaminhasse o projeto atual para o CECA,
 147 para pensar o que pode substituir e realizar uma discussão com os representantes da
 148 OSID e os representantes das Câmara Política Publica e de Orçamento; o Sr. Carlos
 149 assumiu encaminhar os projetos para conhecimento do CECA. **APROVADO.**
 150 **RELATÓRIO DA GESTÃO 2018/2020** Conselheira Vera apresentou o relatório que
 151 foi encaminhado antecipadamente aos conselheiros. Houve manifestação de apoio ao
 152 Relatório e a sua importância para registro da história do CECA. Relatório aprovado
 153 pelo plenário e a Conselheira Regina, Iara Farias e Antonio Marcos irão encaminhar
 154 algumas ações do CECA para inserir no documento. **Calendário 2021-** apresentada
 155 sugestão e aprovado. A Mesa Diretora pode fazer ajustes quando houver necessidade.
 156 **PROJETO EMERGENCIAL - ASA-** Conselheira Iara propôs discutir a situação do
 157 Projeto, pois depende de decisão do CECA. A Sra. Tânia Almeida, gestora do Fundo
 158 completou que o Projeto Emergencial da Associação Divina Providência está no
 159 Gabinete da SJDHDS, sem nenhuma pendência documental, somente atualizar as

ATA DA 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

160 certidões, mas depende da aprovação do CECA para ser financiado. Acrescentou que o
161 Conselho deve encaminhar um ofício ao Secretário informando sobre a decisão
162 aprovada. Aprovado liberação do recurso do Fundo: Recurso do Fundo: 300 mil da
163 fonte 128 e 100 mil da fonte 134 para financiar o projeto da ASA. Esclareceu que
164 restam um 1.000.000,00 (milhão e cem mil) para o Edital de Projetos 2021. Iara Farias
165 completou que Tania tem que atualizar o ordenador de despesas, o ASA o cronograma
166 do projeto e o CECA enviar um ofício para SJDHDS, informando que autoriza utilizar
167 os 100.000,00 (cem mil). Conselheira Iara esclareceu que não pode alterar nem o objeto
168 e nem valor, senão retorna para PGE. Encaminhado que na segunda feira dia 22/02 a
169 secretária Maria Elena e Iara Farias encaminham o ofício ao Gabinete. Conselheiro
170 Marcos lembrou que é necessário inserir no Plano da Aplicação a liberação desse
171 recurso. **EDITAL DE PROJETOS 2021** – Conselheira Iara informou que o processo
172 do Edital de Projeto retornou da SAEB, com solicitações, que no entendimento dela,
173 não tem nenhum sentido, sendo que o CPCA retornou com um parecer e o processo
174 está no Gabinete para devolução à SAEB, para análise dos técnicos. Conselheira Regina
175 solicitou o numero do processo para solicitar informações ao Chefe de Gabinete da
176 SAEB sobre o processo. Nada mais havendo a constar, eu Maria Elena Pereira Silva,
177 Secretária, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e por quem de direito.
178 Salvador, dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Matheus de Alencar Palha da Silva
Remetente - Assinado em 30/03/2023



Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: KXNDGWOTQZ